



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

**III OFICINA
REGIONALIZADA SOBRE
TRABALHO SOCIAL
COM FAMÍLIAS DE
POVOS ORIGINÁRIOS,
COMUNIDADES
TRADICIONAIS E
GRUPOS
POPULACIONAIS
TRADICIONAIS E
ESPECÍFICOS NA
POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

HISTÓRICO

| | |
|-------------|--|
| 2010 | Primeiras ações e formações para instrutores do Cadastro Único. Promove Sensibilização e inserção visando a garantia de direitos. |
| 2014 | Oficina sobre Cadastro Único para Grupos Populacionais e Específicos (GPETs) , voltada aos coordenadores municipais do CadÚnico |
| 2016 | II Plano Decenal da Assistência Social. Visa a Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as |
| 2017 | Oficina Regional sobre Cadastro Único para Grupos Populacionais e Específicos (GPETs). Participaram 60 municípios cearenses com maior número de famílias GPTE |
| 2019 | *Primeiro Seminário Diversidade Étnico-racial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em parceria com a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. |
| 2020 | *Oficinas Regionalizadas sobre o Trabalho Social com Famílias e Relações Étnico-raciais, nos municípios de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Viçosa do Ceará. |
| 2022 | *Oficinas Regionalizadas sobre o Trabalho Social com População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais, nos municípios de Fortaleza, Quixadá, Sobral e Juazeiro do Norte. |
| 2023 | *Construção do Projeto Assessoria ao Trabalho Social com Famílias de Povos e Comunidades Tradicionais na Política de Assistência Social. |

AÇÕES RELEVANTES (2023-2024)

2023

- Realização da I **pesquisa sobre o Trabalho Social** com Famílias de Povos Originários e Comunidades Tradicionais na Política de Assistência Social no estado do Ceará.
- Duas **capacitações aos profissionais da SPS** com visita in loco às comunidades.
- **Inclusão da temática** nos roteiros de assessoramento e monitoramento dos profissionais da SPS.

2024

- 14 **Capacitações Virtuais Regionalizadas** com os técnicos dos 184 municípios;
- Construção do **Caderno de orientações técnicas** ao trabalho social com famílias de povos originários e comunidades tradicionais na política da assistência social.

Formação Social e Racial Brasileira - Escravidão

escravidão

maior nação escravista das Américas
Última a decretar a abolição
Subalternidade, desumanização, discriminação,
marginalização

história e memória

Negadas, apagadas, silenciadas

discriminação

Raça, gênero, classe

racialização

Mulheres:

Objetificação
Sexualização
Trabalhos subalternos

Homens:

Sexualização
Marginalização
“Violento”
“Preguiçoso”



Negra com uma criança branca nas costas, Bahia, 1870. (Acervo Instituto Moreira Salles).

Formação Social e Racial Brasileira - Escravidão

Branqueamento

Projeto de Nação da elite brasileira entre século XIX e meados do XX.

Raça negra iria avançar culturalmente e geneticamente ou até mesmo desaparecer totalmente;

Teoria que branqueamento daria origem a uma população mestiça e saudável;



"A Redenção de Cam", de Modesto Brocos, 1895

Assimilacionismo

Entendia o indígena como categoria social transitória a ser incorporada pela comunhão nacional;

Reforço dos ideais de Pureza;

A ideia que não existem indígenas no Nordeste. Apagamento Étnico.

- Bases Ideológicas: Racismo Científico, Darwinismo Social, Desejo de "Europeização";
- Principais Estratégias: Estímulo à Imigração Europeia, Restrições à Imigração Não-Branca, Ideologia da Miscigenação Direcionada, Desvalorização Cultural

POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E A CONSTITUINTE

- **Indígenas e a Constituição de 1988:**

Art. 4.º ... III - autodeterminação dos povos;


Art. 67. ... demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

- **Quilombolas e a Constituição de 1988:**

Art. 215. [...] pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Nacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

- Brasil é signatário por meio do Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004, substituído pelo Decreto nº 10.088 de 5 de novembro de 2019;
 - É o mais abrangente marco internacional que garante os direitos dos povos e comunidades tradicionais, uma vez que dispõe sobre a efetivação e proteção de direitos sociais, territoriais, à saúde, educação, seguridade social, condições de emprego, garantindo acesso a políticas públicas para plena realização de seus direitos de cidadãos, reconhecido e respeitado seu caráter de povos diferenciados;
 - Autorreconhecimento/Autodeterminação/Auto identificação - A Convenção prevê o autorreconhecimento como critério fundamental para identificação dos povos originários e comunidades tradicionais e autodeterminação quando reconhece o direito dos povos a suas próprias prioridades.
- 

CONCEITUAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais



- **I - Povos e Comunidades Tradicionais:** **formas próprias de organização social**,; territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica; inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
- **II - Territórios Tradicionais:** os **espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica** dos povos e comunidades tradicionais, utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e
- **III - Desenvolvimento Sustentável:** o **uso equilibrado** dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, **garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras**.

DECRETO Nº 8.750/2016 - Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

| | | |
|---|--|---|
| I - povos indígenas; II - comunidades quilombolas; III - povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; IV - povos ciganos; V - pescadores artesanais; VI - extrativistas; VII - extrativistas costeiros e marinhos; VIII - caiçaras; IX - faxinalenses; X - benzedeiros; | XI - ilhéus; XII - raizeiros; XIII - geraizeiros; XIV – caatingueiros; XV - vazanteiros; XVI - veredeiros; XVII - apanhadores de flores sempre vivas; XVIII - pantaneiros; XIX - morroquianos; XX - povo pomerano; XXI - catadores de mangaba; | XXII - quebradeiras de coco babaçu; XXIII - retireiros do Araguaia; XXIV - comunidades de fundos e fechos de pasto; XXV - ribeirinhos; XXVI - cipozeiros; XXVII - andirobeiros; XXVIII - caboclos; e XXIX - juventude de povos e comunidades tradicionais. |
|---|--|---|



Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE)

- **2004** - Início do **cadastro diferenciado** do CadÚnico - “... conjunto de estratégias diferenciadas de cadastramento de famílias que possuem características específicas em relação ao seu modo de vida, cultura, crenças e costumes, e ainda, em relação a contextos de condições críticas de vulnerabilidade social”.
- **GPTEs** - “Grupos populacionais tradicionais e específicos - grupos, organizados ou não, identificados pelas características socioculturais, econômicas ou conjunturais particulares e que demandam estratégias diferenciadas de cadastramento no CadÚnico” (DECRETO Nº 11.016, DE 29 DE MARÇO DE 2022).
- Além dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, são identificadas famílias que estão em **situações transitórias**, mas que constituem uma forma específica de viver e/ou são alvo de preconceitos e/ou vulnerabilidades em função de determinada conjuntura (MDS, 2014).
- Cadastro Único identifica **15 GPTEs em quatro agregados**.

- **Relação com o meio ambiente:** extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhas.

São famílias que pertencem a comunidades tradicionais cuja subsistência baseia-se no extrativismo de recursos oferecidos pela natureza, seja nas florestas, rios, manguezais, mar e demais ambientes similares. Complementarmente, essa população pode praticar agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte, mas sempre em regime de economia familiar. **No Cadastro Único, essas populações podem ser identificadas como famílias extrativistas, de pescadores artesanais ou ribeirinhas.** Devido a suas características comuns, os grupos relacionados ao meio ambiente podem se sobrepor, cabendo à família escolher em qual categoria deseja ser identificada (MDS, 2014, p.15).

- **Relação com o meio rural:** assentadas da Reforma Agrária, acampadas rurais, agricultores familiares, beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

São grupos familiares que **pleiteiam o acesso, a permanência e o uso sustentável da terra, bem como acesso a políticas públicas específicas, como crédito fundiário.** Podem, eventualmente, estar organizadas em movimentos sociais. Há ainda outros que já obtiveram regularização fundiária por meio do processo de reforma agrária, bem como aqueles que exploram o imóvel rural para a criação de animais, produção de artigos agrícolas para consumo da unidade familiar e comercialização (MDS, 2014, p.15) .

- **Situações conjunturais:** atingidas por empreendimentos de infraestrutura, de presos do sistema carcerário, de catadores de material reciclável, aquelas compostas por pessoas em situação de rua.

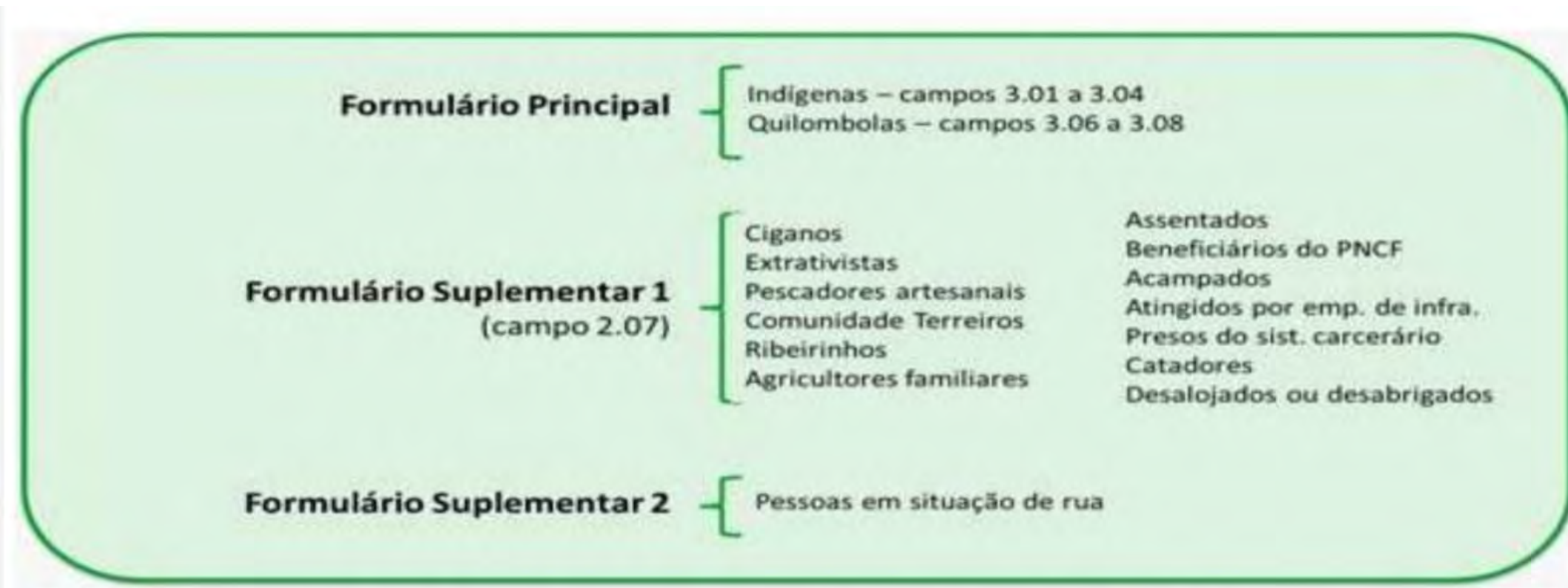
Por questões conjunturais, entendem-se situações em que a combinação de **fatores diversos converge para a construção de determinado estado por período de tempo limitado**. Assim, foram agrupadas as famílias que podem estar **momentaneamente em situação de vulnerabilidade**, mas que podem não mais pertencer ao grupo se determinada situação social mudar. Portanto, diferentemente dos demais agregados – rural, meio ambiente e étnico – este é caracterizado pela **transitoriedade de sua condição** (MDS, 2014, p.16).

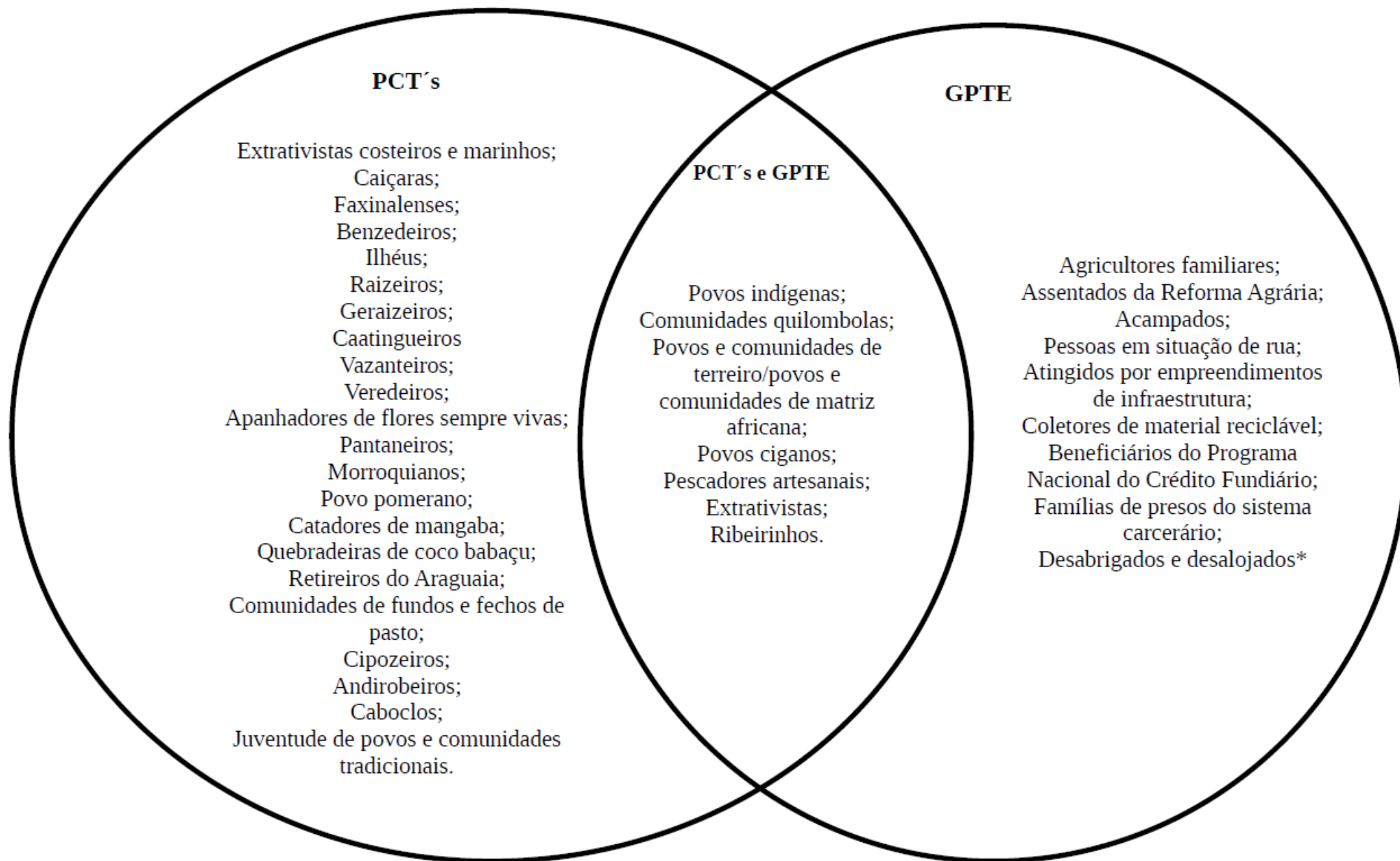
Quatro Agregados dos GPTEs

- **Origem étnica:** indígenas, quilombolas, ciganas, pertencentes às comunidades de terreiro.

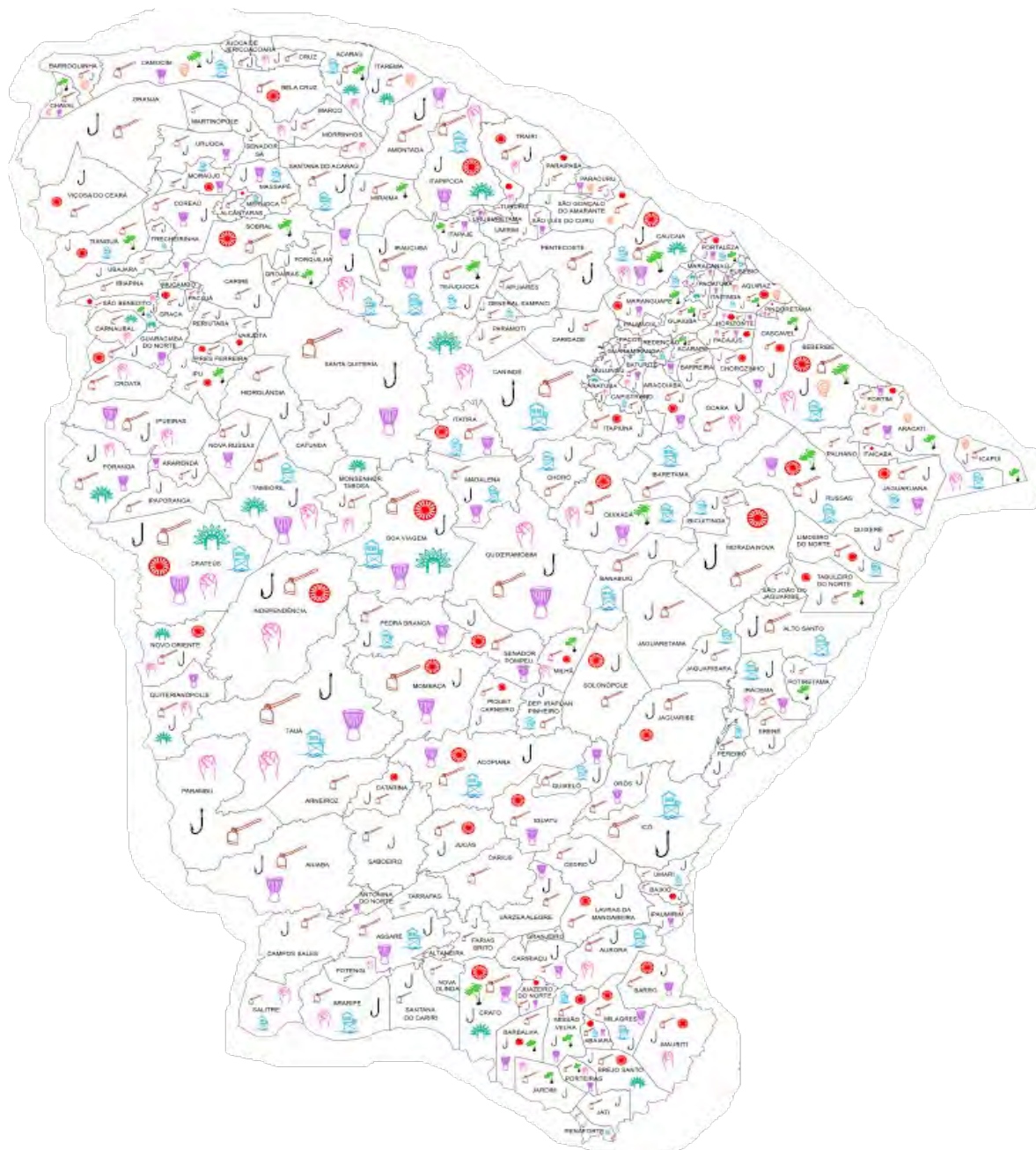
... conjunto de famílias agrupadas de acordo com a **autoconsciência** de pertencerem a determinado grupo social dotado de organização territorial, política, linguística, sociocultural, econômica, e histórica própria. Possuem costumes, tradições e modo de vida comunitários singulares, transmitidos de geração para geração, que os diferenciam de outros grupos. São, portanto, **grupos populacionais que compartilham valores e práticas culturais diversas**, fruto de processos civilizatórios plurais e herdadas de determinado povo (MDS, 2014, p.15).

Resolução CNAS/MDS N°185, de 26 de Março de 2025 – Busca ativa prioritária de GPTE's para inclusão e/ou atualização cadastral





“Um novo GPTE de desabrigados e desalojados foi criado recentemente, elevando o número de GPTE para 16”. (BRASIL. Cadastro Único e Cadastramento diferenciado. 2024).



Legenda:



AGRICULTORES FAMILIARES

Todos os 184 municípios



POVOS CIGANOS

64 municípios



EXTRATIVISTAS

31 municípios



MARISQUEIRAS

11 municípios



PESCADORES ARTESANAIS

155 municípios



POVOS INDÍGENAS

20 municípios



POVOS DE TERREIRO

73 municípios



QUILOMBOLAS

54 municípios



RIBEIRINHOS

58 municípios

Povos indígenas

- Segundo levantamento do IBGE (2022), no Ceará há **56.353 indígenas**. Esta população está presente em 94% do território cearense, ou seja, em 173 dos 184 municípios.
- Caucaia, na Grande Fortaleza, possui a maior população indígena do Estado, seguido pelos municípios de Itarema, Maracanaú, Fortaleza, Monsenhor Tabosa, Crateús, Poranga, Pacatuba, Carnaubal, Aratuba, Itapipoca, Quiterianópolis, Acaraú, Novo Oriente, Tamboril, Canindé, Aquiraz (IBGE, 2020).



Povos Indígenas

POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

| Nº | Povos | Municípios onde estão localizados |
|----|-------------------|---|
| 1 | Anacé | Caucaia. |
| 2 | Gavião | Monsenhor Tabosa. |
| 3 | Jenipapo Kanindé | Aquiraz. |
| 4 | Kalabaça | Crateús e Poranga. |
| 5 | Kanindé | Canindé e Aratuba. |
| 6 | Karão Jaguaribara | Aratuba. |
| 7 | Kariri | Crateús e Crato. |
| 8 | Pitaguary | Maracanaú e Pacatuba. |
| 9 | Potyguara | Monsenhor Tabosa, Tamboril, Crateús e Novo Oriente. |
| 10 | Tabajara | Monsenhor Tabosa, Tamboril, Poranga, Crateús e Quiterianópolis. |
| 11 | Tapeba | Caucaia. |
| 12 | Tapuya Kariri | São Benedito e Carnaubal. |
| 13 | Tremembé | Itarema, Acaraú e Itapipoca. |
| 14 | Tubiba-Tapuia | Monsenhor Tabosa e Boa Viagem. |
| 15 | Tupinambá | Crateús. |
| 16 | Isú-Kariri | Brejo Santo |

Fonte:
Secretaria dos Povos Indígenas
Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Estado do Ceará (FEPOINCE)



OUTROS POVOS INDÍGENAS - MIGRAÇÃO

- ❖ **Fortaleza:** Baré (Amazonas); Tikuna (Tríplice Fronteira - Brasil, Colômbia, Venezuela), Pankararu (Pernambuco), Kararaô (Pará).
- ❖ **Paracuru:** Tikuna (Tríplice Fronteira - Brasil, Colômbia, Venezuela)
- ❖ **Juazeiro do Norte:** Pankararu, Kapinawá, Xucuru, Pankará e Atikum (Pernambuco).
- ❖ **Jati:** Tikuna (Tríplice Fronteira - Brasil, Colômbia, Venezuela).
- ❖ Há também relatos dos Warao (Venezuela) na Grande Fortaleza e no Cariri.

OUTROS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

Etnogênese - Também denominado de emergências étnicas, ressurgimentos, viagens de volta. Processo pelo qual há lutas de retomada e reafirmação étnica.

- **Iguatu:** Kariri Quixelô
- **Quixeramobim:** KixaráTapuia; Kari Kariri
- **Beberibe:** Payacú
- **Lavras da Mangabeira:** Kariri
- **Milagres:** Xocó
- **Serra da Ibiapaba:** Tokajiru
- **Tejuçuoca:** Guanacé
- **Parambu:** Juká



Comunidades Quilombolas

- No Brasil há 1.327.802 pessoas quilombolas;
- No Ceará, 23,9 mil pessoas se autoidentificam como remanescentes de quilombos;
-
- O Ceará é o 10º estado no País e o sétimo no Nordeste com maior quantidade de quilombolas;
- Segundo (IBGE) dos 184 municípios cearenses em 68 foi constatada a presença de quilombolas. As maiores concentrações de quilombolas estão nos municípios de Caucaia, Horizonte, Salitre, Tururu, Tauá, Novo Oriente, Aracati, Tamboril, Quiterianópolis e Moraújo (IBGE).
-



Comunidades Quilombolas

- Levantamentos de 2023 da Secretaria de Igualdade Racial (Seir) e da Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (Cequirce) apontam cerca de 113 comunidades quilombolas no Estado, com maior número nas regiões do Cariri, Sertão de Crateús, Grande Fortaleza e Sertão de Inhamuns.
- Os municípios por sua vez responderam a *Pesquisa sobre o Trabalho social com famílias de Povos originários e Comunidades tradicionais na Política de Assistência Social no Estado do Ceará (CEARÁ/SPS, 2024)* e informaram a presença de famílias quilombolas em 53 municípios e em 13 das 14 regiões de planejamento. Somente no Centro Sul não foi constatada a presença de famílias quilombolas.
- Quando perguntados sobre comunidades quilombolas, os municípios informaram a presença de 94 distribuídas em 49 municípios.



Povos de Terreiro

- Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro são famílias mantidas e estruturadas em vínculos ancestrais vivificados nas casas de tradição de matriz africana e afro-brasileira chamadas de terreiro.
- *A Pesquisa sobre o Trabalho social com famílias de PCT's no Ceará* informa que há 48 municípios com a presença dessas famílias, distribuídas em 13 das 14 regiões de planejamento.
- Somente o Sertão dos Inhamuns não registra povos de terreiro na pesquisa, embora o Inventário dos Povos de Terreiro (2019), realizado pela associação Alagbá em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, tenha computado terreiros nos municípios de Aiuaba e Tauá.
- Segundo o Inventário dos Povos de Terreiro (2019) há cerca de 494 terreiros no Ceará e destes 72 são do Candomblé e 346 da Umbanda. A Umbanda é a expressão afro-brasileira mais presente no Ceará.

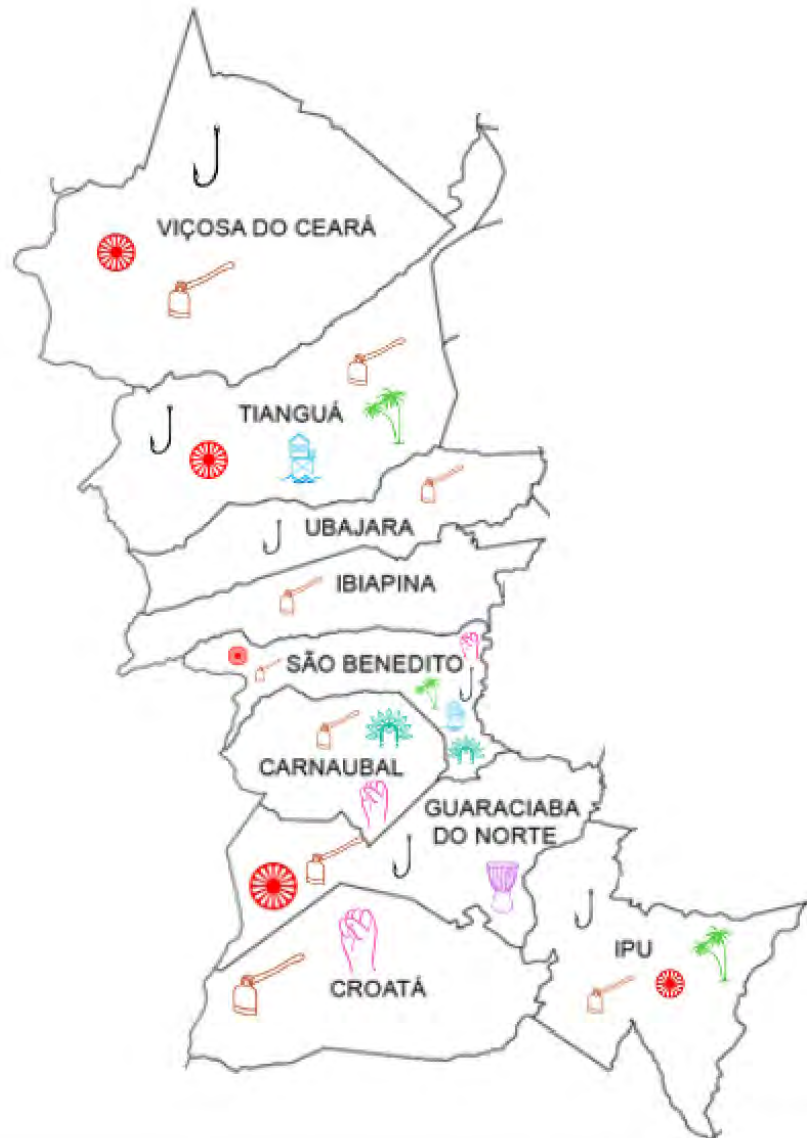


Povos Ciganos

- Os povos ciganos são uma comunidade diversificada que têm suas próprias tradições, línguas e origens e que podem ser divididos em três grandes grupos étnicos, a exemplo dos Rom (ou Roma), os Sinti e os Calon.
- O nomadismo pode fazer parte da cultura, contudo nem todos são nômades e em algumas situações, essa migração, pode ser resultado de expulsões e de práticas higienistas.
- Estes povos têm forte respeito às tradições ancestrais e “o critério para definir se uma pessoa é ou não cigana é autoidentificação. Cigano é, portanto, qualquer pessoa que assim se identifica e que pertence a uma comunidade que a reconhece como tal” (BRASIL, 2017).
- Com relação a quantidade de municípios com a presença de ciganos, a pesquisa aponta um total de 23 municípios que estão distribuídos em seis regiões (Cariri, Centro Sul, Serra da Ibiapaba, Sertão do Crateús, Sertão de Sobral, Vale do Jaguaribe) das 14 regiões cearenses.




Serra da Ibiapaba




Legenda:

- AGRICULTORES FAMILIARES (orange shovel icon)
- POVOS CIGANOS (red sun icon)
- EXTRATIVISTAS (green palm icon)
- MARISQUEIRAS (orange ear icon)
- PESCADORES ARTESANAIS (black hook icon)
- POVOS INDÍGENAS (green tree icon)
- POVOS DE TERREIRO (purple drum icon)
- QUILOMBOLAS (pink fist icon)
- RIBEIRINHOS (blue house icon)

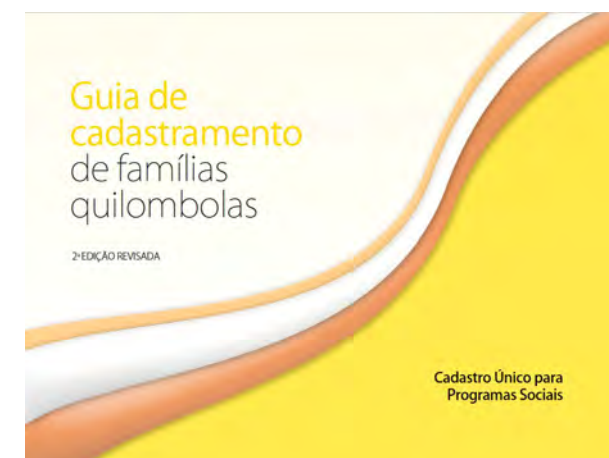
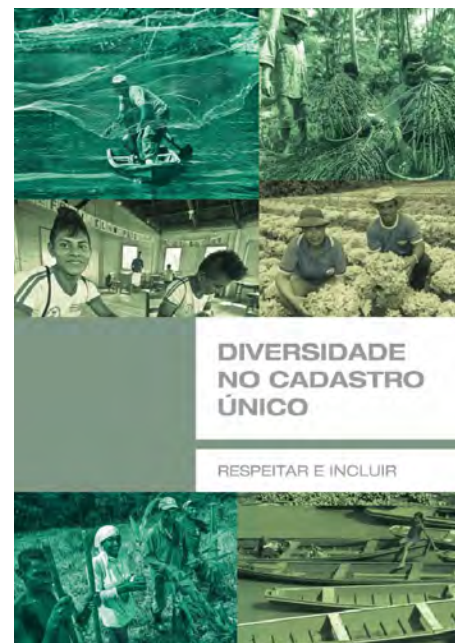
Enfrentamentos comuns aos povos originários e comunidades tradicionais

- O primeiro e mais duro enfrentamento que repercute sobre os demais é o da **expropriação e intrusão** dos territórios;
 - O segundo é o da expropriação **da propriedade intelectual** de suas tecnologias e saberes no campo dos medicamentos e do conhecimento da biodiversidade
 - O terceiro tem a ver com políticas sociais inadequadas que desconsideram suas culturas, seus costumes e tradições.
- 

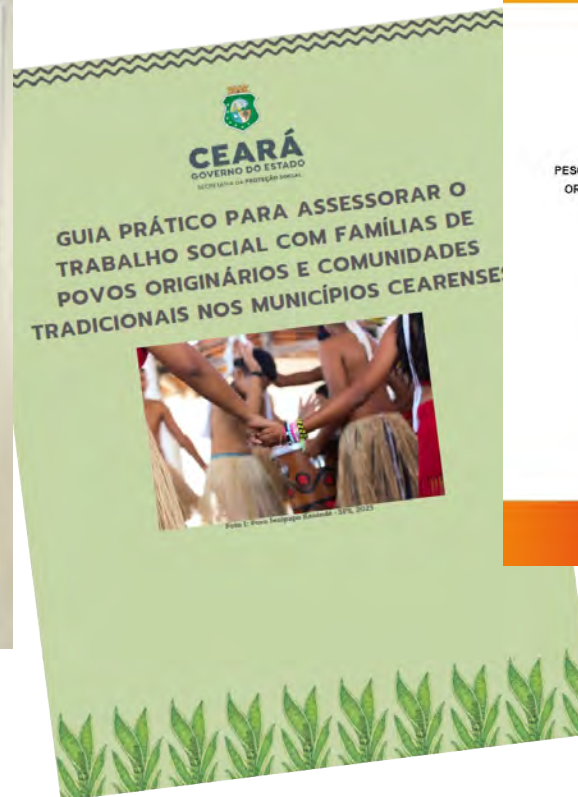
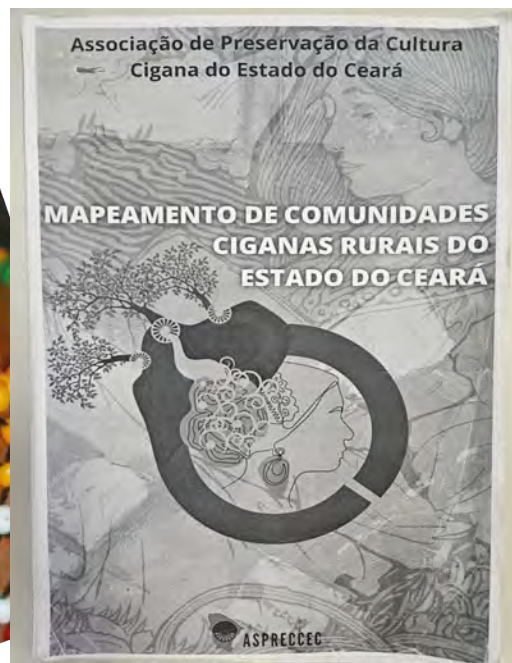
Enfrentamentos comuns aos povos originários e comunidades tradicionais

- Grandes Empreendimentos a exemplo das Eólicas, Portos, Transposição;
 - Mineração, Madeiras, Agrotóxicos;
 - Turismo predatório;
 - Conflitos de terra;
 - Intempéries ambientais e mudanças climáticas;
 - Criminalização das lideranças e movimentos sociais que denunciam injustiça ambiental e destruição e degradação ambiental;
 - Racismo religioso e institucional; depredação dos terreiros.
- 

Trabalho Social com Famílias de Povos Originários e Comunidades Tradicionais



Trabalho Social com Famílias de Povos Originários Comunidades Tradicionais e GPTE



Trabalho Social com Famílias de Povos Originários, Comunidades Tradicionais e GPTE - Aspectos relevantes

- ➔ O Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem caráter **protetivo**, **preventivo** e **proativo**, é realizado pelas equipes de referência multidisciplinares dos serviços socioassistenciais, com base na lógica de **integralidade** da atenção e balizado pela integração entre os diferentes níveis de proteção e pela **intersectorialidade** entre as políticas públicas.
- **Consultar os povos interessados**, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;



Aspectos relevantes

- Qualquer ação da Assistência Social deverá ser precedida de **explicação clara sobre o objetivo do trabalho**, e a elaboração das atividades que serão desenvolvidas deve ser feita em conjunto com a comunidade;
- O trabalho social deve **ultrapassar a noção de família e alcançar a coletividade**, e deve ser permeado pela observação cuidadosa do território e realidade social local;
- Deve-se **ler a respeito, buscar conhecer quem são esses povos** e as principais características socioculturais: modo de vida, organização social e política, tradições e cultura, principais formas de sustento e economia, quais são suas visões de mundo, laços de confiança e solidariedade, os significados de família, relações familiares e redes de parentesco, seus valores éticos e morais;



Aspectos Relevantes

- É relevante que a gestão faça **articulação com órgãos competentes** (FUNAI, INCRA, ICMBio, Secretarias e Ministérios de Igualdade Racial, Povos indígenas, antropólogos (as), especialistas em PCTs, organizações representativas e lideranças para auxiliar a compreensão sobre esses povos;
- Antes de executar qualquer ação é necessário ponderar: **esta ação aumentará a dependência dos povos ou promoverá o protagonismo e a independência dessas famílias e comunidades?** A autonomia deve permear toda a discussão acerca dos objetivos do trabalho social com Povos originários, Comunidades Tradicionais e GPTE's;
- **Realizar diagnóstico socioterritorial**, em parceria com a vigilância socioassistencial, visando conhecer órgãos, instituições, organismos e entidades que atendem e/ou que possuem conhecimento sobre os Povos Originários e Comunidades Tradicionais do município ou que por ele transitam.



Aspectos Relevantes

- **Capacitar as equipes de abordagem social** para identificação culturalmente adequada das situações de riscos e violações de direitos de famílias ou indivíduos de Povos Originários, Comunidades Tradicionais e GPTE's;
- **Criar protocolos de consulta locais em parceria com a rede intersetorial, os órgãos de defesa de direitos e os Povos Originários, Comunidades Tradicionais e GPTE's** para institucionalizar fluxos e diretrizes para o atendimento baseado nas particularidades de cada povo ou comunidade;
- **Estimular e fomentar capacitações sobre o tema**, visando maior qualificação dos profissionais do SUAS para o atendimento às famílias e indivíduos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais;



Aspectos Relevantes

- Incluir políticas para estas populações no **Plano Municipal de Assistência Social** e no **Plano de Educação Permanente**;
- Estimular a **incorporação efetiva de indígenas nas equipes municipais e estaduais do SUAS** como preconiza a PORTARIA MDS Nº 964, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024:
- Art. 2º Recomenda-se aos municípios a incorporação de **educadores pares** nas equipes volantes responsáveis pelo atendimento de Povos e Comunidades Tradicionais definidas pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.
- § 1º Entende-se por **educador par o indivíduo pertencente a Povos e Comunidades Tradicionais**, com a função precípua de facilitar a linguagem, o vínculo e o acesso a serviços.

Aspectos Relevantes

- Fomentar a **participação e contratação de profissionais nas equipes do SUAS** que possuam **expertise no trabalho com Povos Originários**, Comunidades Tradicionais e GPTE's assim como antropólogos (as), entre outros.
- É importante que o **Órgão Gestor** Estadual e Municipal de Assistência Social **estimele a presença e a participação de usuárias** (os) de Povos Originários, Comunidades tradicionais e GPTE's nos **conselhos estaduais e municipais** de assistência social.
- Trabalhar de maneira articulada com a Funai, enquanto órgão do sistema de garantia de direitos, para a elaboração do PIA das crianças e jovens indígenas acolhidas.

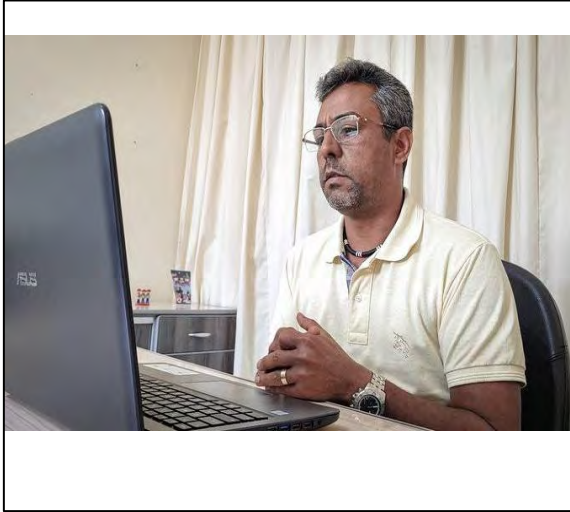


Aspectos Relevantes

- Buscar **aprimoramento e formação contínua** sobre a temática;
- Adotar a postura voltada ao **relativismo cultural** e a prática de **consulta** aos povos e comunidades tradicionais como **parte primeira do planejamento** para o desenvolvimento do trabalho social com famílias e indivíduos de Povos Originários, Comunidades Tradicionais e GPTE's em situação de risco ou violação de direitos;
- Utilizar o conceito de **autoidentificação** como único mecanismo legítimo de identificação de famílias e indivíduos de Povos Originários, Comunidades Tradicionais e GPTE's.



Quem são?





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

SECRETARIA EXECUTIVA DA PROTEÇÃO SOCIAL

**Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de
Assistência Social – CGSUAS**

gestao.suas@sps.ce.gov.br

silvana.sobreira@sps.ce.gov.br

karlene.andrade@sps.ce.gov.br



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL